

**EXÍLIO FORÇADO, DESTERRO COLONIAL
E DEPORTAÇÃO POLÍTICA DURANTE O
ESTADO NOVO SALAZARISTA:
UM OLHAR A PARTIR DE UMA PUBLICAÇÃO SITUADA¹**

FRANCISCO OSVALDINO NASCIMENTO MONTEIRO²

[Livro: BARROS, Victor. **Campos de Concentração em Cabo Verde:**
As Ilhas Como Espaços de Deportação e de Prisão no Estado Novo. Coimbra: Imprensa da
Universidade de Coimbra, 2009.]

Perfazendo aproximadamente 40 anos após a libertação da última leva dos presos políticos do Campo de Concentração do Tarrafal, no quadro do Regime do Estado Novo, a multiplicidade de análises históricas que o assunto requer e exige, quer na perspectiva de construção de narrativas históricas e de recuperação de memórias, quer no âmbito de estudos antropológicos, sociológicos ou mesmo das

condições carcerárias das instalações em questão, dizíamos, a multiplicidade de análises históricas que o assunto reclama vem ganhando alguma tessitura e aprofundamento. Atentemos, por exemplo, aos trabalhos recentemente dados à estampa³ nas modalidades de dissertação de mestrados e outras. A presente obra intitulada “Campos de Concentração em Cabo Verde: As Ilhas Como Espaços de Deportação e de Prisão no Estado Novo”, da autoria de Victor Barros, editada pela Imprensa da Universidade de Coimbra no ano 2009, depois de ter recebido a Menção Honrosa no Prémio de História Contemporânea Victor de Sá, enquadra-se, acreditamos, na emergente tendência de renovação da historiografia cabo-verdiana.

A partilha dos meus olhares sobre a obra será guiada pelos seguintes momentos: Em primeiro lugar, abordarei a obra na sua conformação externa, destacando os capítulos que a constituem e a forma como estão imbricados. Darei continuidade à análise da mesma com a tarefa de esmiuçar as principais teses veiculadas nos debates teóricos e históricos propostos pelo autor, destacando os seus fundamentos e os discursos históricos inovadores relativamente ao objecto de estudo em questão. Não finalizarei a minha intervenção sem proferir algumas anotações aos trabalhos paralelos que o autor tem desenvolvido, recuperando aspectos que, quanto a mim, constituem sinais objectivos das potencialidades do autor, enquanto proponente de novas linhas de investigação para a história contemporânea de Cabo Verde, e não só.

Recorrendo a um texto escrito pelos punhos do poeta angolano António Jacinto (um desterrado político), em 28/12/1965, intitulado “Neste Navio Embarcados”, e que passo a citar,

Neste Navio Embarcados

Neste navio embarcados

Somos náufragos ancorados
Oh!
Neste navio ancorado
Somos náufragos embarcados
Oh! Navio!
Oh! Náufragos da terra longe!
Oh! Terra Longe!
Oh! Terra!
Oh!

...Ora, pode-se notar que, o autor enuncia, mesmo que indirectamente, a problemática fundamental da obra – a edificação de uma perspectiva histórica holística, séria e heurísticamente fundamentada sobre o sistema repressivo de exílio forçado imposto pela Ditadura Militar e, sobretudo, pelo Estado Novo salazarista, materializado grandemente pela concepção, implementação e adaptação metódicas da Colónia Penal/Campo de Trabalho/Campo de Concentração do Tarrafal, na Ilha de Santiago (arquipélago de Cabo Verde).

A obra está estruturada em 3 partes, às quais se deve ainda adicionar os itens da conclusão e das referências bibliográficas. A primeira parte tem como título “O Estado Novo e a Estruturação Metódica da Deportação”. Centraliza-se na definição da problemática de estudo; no debate sobre a ideia de ilha como espaço de destino de desterro – a questão de ilha prisão e prisão na ilha; na clarificação do processo de organização dos serviços prisionais e; na análise sobre os destinos de deportação.

Na segunda parte da obra, o autor focaliza a discussão na problemática do “Arquipélago de Cabo Verde como arquipélago de deportação”. Quatro capítulos integram esta parte da obra, incidindo na construção de um quadro histórico explicativo dos processos subjacentes à estruturação metódica do roteiro das ilhas de Cabo Verde enquanto destinos de deportação. Assim, elementos históricos acutilantes sobre a

ilha de São Nicolau, e a primeira encenação para a instalação de um campo serão trazidos à tona pelo autor. Outrossim, o autor esmiúça os estudos preparatórios da instalação da Colónia Penal em Santiago (Tarrafal), sem deixar de lado os contornos da chegada dos primeiros presos políticos a este campo; o seu primeiro encerramento; a problemática da nomenclatura; os contornos da sua gestão interna e; as condições de vida dos presos.

A última parte da obra, portanto, a terceira, versa sobre a problemática do “Discurso Oficial e a Memória da Repressão”. Os assuntos convocados a dar corpo a esta parte da obra centralizam-se num debate pertinente sobre as produções discursivas oficiais em relação à Colónia Penal / Campo de Trabalho de Chão Bom e/ ou Campo de Concentração do Tarrafal; sem pôr de lado os posicionamentos e esforços da sociedade civil nacional e internacional no desmascaramento do sistema repressivo do Estado Novo e, particularmente, das condições de funcionamento da Colónia Penal do Tarrafal.

Mais dois itens completam a obra em questão: a parte da conclusão e a das referências bibliográficas. Relativamente a esta última, sugerimos uma análise minuciosa, pois a multiplicidade e quantidade de fontes evidenciam a qualidade do trabalho que temos à nossa frente.

Os debates proporcionados nas 3 partes da obra desenvolvem-se de uma forma doseada e heurísticamente fundamentada. Porém, a sua adequada disseminação requer uma leitura atenta e cautelosa, na medida em que o autor entrelaça minuciosamente os seus argumentos, utilizando técnicas de escrita apuradas.

Depois desta breve referência à composição da obra, concentremo-nos nas linhas seguintes, sobre as suas teses fundamentais, tentando identificar os contributos que o presente trabalho traz, no quadro do aprofundamento do objecto de estudo em questão.

Tratando-se de um trabalho de índole acadêmico, o autor, logo na parte introdutória, esboça a problemática de estudo de uma forma clara e, ao longo do trabalho, não se hesita em remeter o leitor para a mesma questão. Assim, a problemática do presente estudo centraliza-se,

“na complexa associação entre a definição das modalidades de punição dos crimes de natureza política e a determinação ou apropriação das ilhas como destinos para efectivação da prática repressiva de deportação e prisão” (p. 17).

Portanto, o autor catapulta o seu trabalho para o âmbito de uma proposta de discurso interpretativo sobre o assunto, recorrendo-se a múltiplas fontes, avultando, sempre que possível, o seu posicionamento de desacordo com um ou outro enunciado historicamente sedimentado, mediante a esgrimadura de argumentos convenientemente fundamentados.

Com base na problemática anunciada, o autor explora ainda, nos capítulos que encerram a Primeira parte do trabalho, um conjunto de conceitos estruturantes na elaboração do estudo, destacando, desde logo, os de exílio, deportação, banimento, ilha prisão e prisão na ilha, etc. Nesta parte do trabalho, o autor debate meticulosamente os contornos da edificação do sistema repressivo iniciado com o Regime Militar, mas profundamente desenvolvido e metamorfoseado pelo Estado Novo. Efectivamente, no contexto do Estado Novo, a vertente repressiva do regime fundamenta-se, segundo o autor, na postura de “*intransigência dogmática perante a punição das posições públicas e políticas que se lhe opunham*” (p.32). A manutenção de uma nova ordem no regime passou a ser considerada como o seu pilar ideológico, assumindo-se como instrumento de força “*ao serviço de um Estado, de um poder e, conseqüentemente, de uma prática discursiva*” (p.33). Portanto, a prática repressiva foi concebida, implementada e constantemente melhorada, em nome da

Nação, pois os inimigos desta eram considerados inimigos do Estado Novo.

Com efeito, na perspectiva do autor, o autoritarismo do modelo repressivo esculpido com o Estado Novo salazarista comporta duas vias de tendências complementares: a via do enquadramento legal, com a criação de uma nova ordem caracterizada pela onisciência e onipotência legal, impondo obediência cívica e a via do banimento, complemento da primeira e entendida como afastamento e isolamento dos opositores do regime e “ *de todos aqueles que, de forma audaciosa, transpunham a linha do medo e da subserviência estipulada pelo desígnio tirânico de um rigor politicamente definido segundo os termos de uma concepção moralizante*” (p. 35). O banimento, caracterizado por desterro, constituía, nas palavras do autor, a “ *imposição forçada de uma ruptura obrigatória com as raízes e os laços que sustentam a dinâmica das relações sociais e políticas dos indivíduos na comunidade de que eram partes integrantes*” (p. 36).

A função do banimento, desterro e prisão no local do desterro augurava o objectivo de trazer os homens para a vida honesta, como propalava Salazar.

No debate sobre a ideia de ilha como espaço destino de desterro, o autor estabelece uma arqueologia do fenómeno de deportação/desterro para as ilhas de Cabo Verde, enfatizando a sua função histórica de castigo e estratégia de colonização coerciva, sem deixar de sublinhar que este mesmo fenómeno ganhou novas dimensões, no contexto da Ditadura Militar e aperfeiçoada pelo Estado Novo salazarista. Paralelamente, o autor estabelece o ano de 1932 como marco de arranque no trabalho da criação da ideia de Prisão numa ilha, complementado assim o facto de a ilha constituir uma prisão natural, aberta e destemida à condenação dos deportados à residência fixa, nas palavras do autor.

Paralelamente a isso, assistiu-se também ao reforço de conceitos de delitos e crimes de natureza jurídica. Em 1933, com a institucionalização oficial do Estado Novo português, dá-se a reconfiguração legal dos crimes de rebelião ou crimes políticos, e a clara assunção do local para o cumprimento da pena do desterro: as ilhas. Isto é, assiste-se ao processo legal e de criação/reestruturação de condições administrativas para a materialização do modelo repressivo arquitetado.

Em resumo, e como defende o autor,

“através da reestruturação dos serviços prisionais, o modelo repressivo do Estado Novo configurou a noção de pena com duplo fim: primeiro, de prevenção geral e de intimidação; segundo, de correcção ou eliminação individual” (pp. 47-48),

mediante o acto de exorcização dos malfeitores, contribuindo assim para a suposta morte cívica e política do condenado.

Os espaços coloniais foram eleitos para o cumprimento das penas. Na opinião do autor, este facto deve-se, essencialmente, a dois factores: primeiro, porque o delinquentes político não devia ser submetido ao regime de isolamento aplicado aos outros presos; segundo, porque era indispensável organizar mais de um tipo de prisão. Segundo o autor,

“foi sobretudo o móbil da acção defensiva do Estado na luta contra os malfeitores (opositores) de regime e o móbil da concepção de um modelo de afastamento dos mesmos deles dos meios sociais, distantes da metrópole, que determinaram a escolha dos espaços coloniais para o internamento dos deportados em estabelecimento de disciplinas considerados adequados”. (p. 51)

O autor termina esta primeira parte da obra referindo-se aos destinos de deportação: das ilhas atlânticas ao longínquo Timor. O envio a um ou outro destino pode ser justificado pela natureza dos crimes cometidos. Contudo, como o mesmo afirma, na base comum de todo o sistema de deportação, encontra-se a ideia de isolamento e de deslocação dos

desterrados para áreas de difícil adaptação, completa inactividade e inoperância política.

Do exposto na Primeira Parte da obra, conclui-se que o autor reconstituiu, de uma forma brilhante, os processos metódicos da concepção, implementação e adaptação do sistema repressivo do Estado Novo. Considero que esta perspectiva de análise é inovadora e, da forma como foi estruturada, permitirá colocar alguma ordem no debate sobre o objecto de estudo em questão, evitando posicionamentos isolados e heurísticamente frágeis.

Na Segunda Parte da obra, intitulada “Cabo Verde: Arquipélago de Deportação”, o autor aprofunda o debate histórico sobre o percurso da deportação para as ilhas, estabelecendo um roteiro geográfico. Inicia com uma abordagem pormenorizada sobre a encenação da instalação do “Campo de Concentração” na ilha de S. Nicolau (1931), reiterando aspectos concernentes às condições infra-estruturais e normativas criadas para o efeito e finaliza apontando as razões da não continuidade com o “Campo de Concentração” nesta ilha, enfatizando, contudo, a importância desse ensaio para os passos seguintes.

A abordagem do arquipélago como roteiro da deportação continuou com a apresentação e explanação das iniciativas levadas a cabo, no quadro da averiguação das condições nas outras ilhas, como é o caso da ilha de Boavista e da de Santiago como espaços estudados para possível instalação do campo. Perante os estudos de averiguação das condições de instalação da prisão, o autor desofusca as razões da instalação definitiva da Colónia Penal no Tarrafal da Ilha de Santiago. Sublinha que

“em parte, a escolha da ilha de Santiago para a instalação de uma prisão especial não foi uma deliberação prevista ou pré-equacionada a partir dos corredores ministeriais do Estado Novo, mas sim resultante de um processo de selecção, conseqüente da averiguação feita nas diferentes ilhas do arquipélago” (p.86).

Uma vez debatido o processo de instalação da prisão especial no Tarrafal da ilha de Santiago, o autor centraliza a sua análise nos aspectos administrativos da prisão, das condições carcerárias, da fase do primeiro encerramento (1956), do ressurgimento da prisão especial nos anos 60 e dos aspectos característicos ao campo de Trabalho de Chão Bom.

Em conclusão, a segunda parte da obra inova os discursos históricos conhecidos sobre o tema, na medida em que a forma como resgata factos importantes e propõe o estabelecimento de um roteiro das ilhas como espaços de deportação, sempre fundamentado pela premissa de que o estabelecimento deste roteiro, isto é, a passagem pelas diferentes ilha na procura da mais adequada para a instalação da prisão especial atesta, nas palavras do autor, a ideia das ilhas enquanto espaços e destinos de deportação e de prisão no Estado Novo. Acredito que estamos perante uma abordagem peculiar na análise desta problemática, na medida em que, o que se tem dito, pelo menos o que tenho lido sobre o assunto, não mapeou suficientemente esta problemática. A forma como o autor a apresenta permite ir mais a fundo na disseminação do assunto. De resto, a iniciativa de averiguar as condições existentes nas diferentes ilhas atesta, mais uma vez, o carácter metódico da concepção do sistema repressivo do Estado Novo.

Na terceira e última parte do livro, o autor guia-nos para um debate acutilante e agradável sobre o discurso oficial e a memória de repressão. Efectivamente, na parte introdutória da obra, Barros chamou atenção paro o facto de o trabalho constituir uma proposta de reconstrução da memória e, conforme as suas próprias palavras, como um processo social de construção das representações dos acontecimentos passados, entenda-se, neste caso, as ilhas como espaços de deportação.

Certamente não se incorrerá a nenhum risco afirmar que o grau de compreensão histórica do Estado Novo, nas suas várias dimensões,

passa, inquestionavelmente, pelo exercício da desconstrução dos discursos ideológicos do regime em questão. No âmbito da montagem (sublinho: montagem, ou se quiserem: montagem metódica) do sistema e/ou modelo repressivo do Estado Novo, os discursos e as suas constantes inovações e/ ou adaptações, desempenharam um papel extremamente importante. Por um lado, o autor da presente obra, ele mesmo um amante do exercício da desconstrução de discursos, demonstrou ou, melhor dizendo, desmontou, o discurso oficial do sistema repressivo materializado grandemente na prisão especial da ilha de Santiago. Por outro lado, ele recuperou, com adequada clarividência, sistemáticos posicionamentos da sociedade civil, visando desmascarar o sistema repressivo do Estado Novo, particularmente a prisão especial do Tarrafal. Com base nesses pressupostos, o autor desmontou a pretensão do Estado Novo em apresentar a prisão especial do Tarrafal como uma prisão qualquer. Paralelamente, exemplifica alguns meios utilizados pela sociedade civil (nacional e internacional) no processo do desmascaramento da situação da prisão especial do Tarrafal, nomeadamente os jornais, visitas de ONGs (Cruz Vermelha), e outras iniciativas individuais.

O mais importante a reter deste debate, na minha perspectiva e corroborando da ideia do autor, é o facto do espaço de prisão transformar-se como móbil de uma opinião pública contestatária, isto é, denunciadora da situação. Como frisa, “ *com todo o rigor, podemos falar de uma opinião pública relacionada com a problemática dos presos e das prisões políticas do Estado Novo*” (p. 170). Adiciona-se ainda que esta opinião pública, sobretudo as vozes da metrópole, não pereceram com o fim do envio dos portugueses para a prisão especial do Tarrafal. As suas vozes foram ouvidas mesmo no contexto em que a referida prisão se destinava sobretudo aos lutadores pela independência das colónias.

Para finalizar a presente apresentação, recupero dois aspectos importantes para a análise global da obra em questão. O primeiro, relaciona-se com o facto de estarmos, efectivamente, na presença de um excelente trabalho, pois é de se exceptuar a forma como o autor debateu as diversas problemáticas nele imbricadas. A coerência interna da obra, a condução dos debates propostos, a permanente presença do autor durante toda a obra num exercício de aproximação e afastamento das teses já conhecidas, mas sobretudo no de mapear as suas conjecturas heurísticamente fundamentadas, merecem o meu aplauso. Em segundo lugar, a obra em questão deve ser devidamente contextualizada. Ela resulta de uma dissertação de Mestrado, concluída em 2008, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, sob a orientação dos Professores Doutores Maria Manuela Tavares Ribeiro e Luís Reis Torgal, e ganhou, em 2008, uma Menção Honrosa no Prémio de História Contemporânea Victor de Sá, um dos mais conceituados da área actualmente em Portugal, concorrendo com aproximadamente uma dezena de dissertações de mestrado, várias teses de doutoramento e outros tantos ensaios e livros. A obra merece uma análise atenciosa por todos aqueles que se interessam pelo tema e, particularmente, pela história contemporânea de África produzida em língua portuguesa.

Notas

¹ A presente resenha constitui, na sua essência, o texto de apresentação do livro realizada em outubro de 2013, na Cidade do Tarrafal, ilha de Santiago, Cabo Verde.

² Doutor e Mestre em Educação e Desenvolvimento Humano pela Universidade de Santiago de Compostela (Espanha); Mestre em Cultura Europeia pela Universidade de Deusto (Espanha); Licenciado em História – Ramo Educacional, pela Universidade Portucalense (Portugal). E-mail: osvaldinon@gmail.com

³ Veja-se, por exemplo: BRITO, N. **Tarrafal na Memória dos Prisioneiros**, (1936-1954). Lisboa: Edições Dinossauro, 2006. TAVARES, J. M. S. **Campo de Concentração do Tarrafal**. Lisboa: Colibri, 2009.